



República de Moçambique
Tribunal Supremo

**DADOS ESTATÍSTICOS PRELIMINARES RELATIVOS A CONTENCIOSOS E ILÍCITOS ELEITORAIS
OCORRIDOS NAS VIIª ELEIÇÕES GERAIS DE 09 DE OUTUBRO DE 2024**

INTRODUÇÃO

A Lei n.º 15/2014, de 23 de Agosto, atinente à revisão da Lei n.º 8/2013, de 27 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 2/2019, de 31 de Maio, que estabelece o quadro jurídico para eleição do Presidente da República e dos Deputados da Assembleia da República, no seu artigo 192, n.º 1, preceitua que as irregularidades no decurso da votação e no apuramento parcial, distrital ou de cidade, provincial, geral e nacional, podem ser apreciadas em sede recurso contencioso eleitoral, desde que tenham sido objecto de reclamação ou protesto.

O recurso é interposto para o Tribunal Judicial de Distrito de ocorrência, ou para o Conselho Constitucional quando se trate do apuramento geral ou nacional (n.º 4 do artigo 192).

Os ilícitos eleitorais são igualmente julgados pelos tribunais judiciais competentes (artigo 198).

O mesmo procedimento ocorre para a eleição dos membros das assembleias provinciais. (artigos 162 e 170 da Lei n.º 14/2024, de 23 de Agosto, Atinente à revisão da Lei n.º 3/2019, de 31 de Maio, que Estabelece o Quadro Jurídico para Eleição dos Membros das Assembleias Provinciais e do Governador de Província)

Neste sentido, havendo necessidade de dar a conhecer ao povo em geral e as instituições públicas e privadas, apresenta-se a seguir informe/dados estatísticos sobre a intervenção dos tribunais judiciais de distrito no âmbito dos ilícitos e recursos de contencioso eleitoral, no quadro da **campanha, votação e apuramento** nas Eleições Presidenciais, Legislativas e Provinciais, de 09 de Outubro de 2024.

A intervenção dos Tribunais/Ministério Público e Serviço Nacional de Investigação Criminal, foi antecedida de uma formação teórico e prática em contencioso e ilícito eleitoral, que contou com o apoio do Tribunal Supremo, Procuradoria-Geral da República, Centro de Formação Jurídica e Judiciária, USAID/Mozambique e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.

Para o efeito, beneficiaram da formação, 272 juízes, 344 procuradores e 133 agentes do Serviço Nacional de Investigação Criminal - SERNIC, todos de nível distrital.

Foram produzidos manuais e guiões e distribuídos a todos os magistrados que teriam intervenção nos julgamentos dos ilícitos eleitorais e dos recursos contenciosos eleitorais.

Foi emitida uma Directiva pelo Tribunal Supremo, harmonizando os procedimentos na tramitação dos processos respeitantes a ilícitos eleitorais e recursos contenciosos eleitorais.

Foi emitida uma Circular pelo Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial, para garantir a continuidade dos serviços durante o processo eleitoral; foi neste âmbito que os tribunais, a nível nacional, funcionaram 24 horas, incluindo Sábados e Domingos, permitindo que todas as solicitações feitas fossem prontamente atendidas.

Foi ainda criada uma linha verde, por meio da qual, mentores prestavam apoio técnico aos magistrados, no quadro dos recursos de contencioso e ilícito eleitoral que tinham por apreciar e decidir.

No decurso das eleições Presidenciais, Legislativas e Provinciais deram entrada nos Tribunais Judiciais de Distrito, **305** processos relativos a:

- **Recursos de contencioso eleitoral**, num total de **142** processos, correspondentes a **46.6%** do número total de recursos de contenciosos eleitoral e ilícitos eleitorais;
- **Ilícitos eleitorais**, num total de **163** processos, correspondentes a **53.4%** do número total de recursos de contenciosos eleitoral e ilícitos eleitorais;
- A **Província da Zambézia** apresenta um maior número de recursos de contencioso e ilícitos eleitorais, na ordem de **45** processos, sendo **26** recursos de contencioso eleitoral e **19** ilícitos eleitorais, o que corresponde a **14.8%** do número total;
- A **Província de Cabo Delgado** registou o menor número de recursos de contencioso e ilícitos eleitorais, num total de **9**, sendo **3** recurso de contencioso eleitoral e **6** ilícitos eleitorais;
- Em termos comparativos, nas últimas eleições presidenciais e legislativas de 2019, registou-se um total de **522** recursos de contencioso e ilícitos eleitorais, sendo **58** recursos de contencioso eleitoral e **464** ilícitos eleitorais.
- Nas actuais eleições, temos a registar um total de **305** recursos de contencioso e ilícitos eleitorais, sendo **142** recursos de contencioso eleitoral e **163** ilícitos eleitorais.
- Portanto, há uma redução em 217 processos o que corresponde a 41.6% em relação as eleições Presidenciais e legislativas de 2019.

Tabela 1: Relação de contenciosos e ilícitos eleitorais que deram entrada nos Tribunais Judiciais

Tribunal Judicial	Contenciosos	%	Recursos ao CC	%	Ilícitos	%	Total de Contenciosos e Ilícitos	%
Niassa	10	7.0%	2	11.1%	22	13.5%	32	10.5%
Cabo Delgado	3	2.1%	0	0.0%	6	3.7%	9	3.0%
Nampula	21	14.7%	1	5.6%	35	21.5%	56	18.4%
Tete	9	6.3%	0	0.0%	14	8.6%	23	7.5%
Zambézia	26	18.2%	11	61.1%	19	11.7%	45	14.8%
Sofala	27	18.9%	1	5.6%	12	7.4%	39	12.8%
Manica	3	2.1%	0	0.0%	11	6.7%	14	4.6%
Inhambane	21	14.7%	3	16.7%	8	4.9%	29	9.5%
Gaza	9	6.3%	0	0.0%	3	1.8%	12	3.9%
Província de Maputo	6	4.2%	0	0.0%	15	9.2%	21	6.9%
Maputo Cidade	7	4.9%	0	0.0%	18	11.0%	25	8.2%
Total	142	0	18		163	0	305	0

Dos **305** processos que deram entrada nos tribunais judiciais de distrito, constata-se que:

- Todos os recursos de contencioso eleitoral foram findos tempestivamente, num total de **142** processos;
- Dos **163** ilícitos eleitorais, os tribunais deram por findos **95** processos, estando pendentes **68**;
- É de lei que todos os ilícitos eleitorais apurados no decurso dos recursos de contencioso eleitoral, sejam extraídas cópias e remetidas ao Ministério Público, para o devido tratamento.
- Neste sentido, **40** processos foram remetidos ao M^oP^o para o apuramento de responsabilidade criminal;

Tabela 2: Movimento de processos de contenciosos eleitorais

Tribunal Judicial	Pendentes		Entrados		Findos		Transitados	
	Contenciosos	Ilícitos	Contenciosos	Ilícitos	Contenciosos	Ilícitos	Contenciosos	Ilícitos
Niassa	0	0	10	22	10	7	0	15
Cabo Delgado	0	0	7	18	7	7	0	11
Nampula	0	0	21	35	21	28	0	7
Tete	0	0	9	14	9	9	0	5
Zambézia	0	0	26	19	26	7	0	12
Sofala	0	0	27	12	27	11	0	1
Manica	0	0	3	11	3	6	0	5
Inhamitanga	0	0	21	8	21	4	0	4
Gaza	0	0	9	3	9	3	0	0
Província de Maputo	0	0	6	15	6	7	0	8
Cidade de Maputo	0	0	3	6	3	6	0	0
Total	0	0	142	163	142	95	0	68

No âmbito dos ilícitos eleitorais, um total de **265** indivíduos foram constituídos arguidos;

- Destes, um total de **78** foram condenados, **83** absolvidos e **86** aguardam pela decisão do tribunal;
- Dos 78 condenados, a província de Nampula regista o maior número (24 condenados) e a província de Inhambane com o menor número (3 condenados);
- As penas variam de três dias a um ano de prisão efetiva, incluindo as respectivas multas.

Tabela 3: Situação dos arguidos submetidos ao julgamento

Tribunais Judiciais	Total de Arguidos			Condenados			Absolvidos			Aguarda Julgamento		
	M	H	Total	M	H	Total	M	H	Total	M	H	Total
Niassa	6	27	33	0	9	9	0	3	3	6	15	21
Cabo Delgado	2	24	26	0	5	5	0	7	7	2	12	14
Nampula	9	52	61	3	21	24	3	22	25	3	9	12
Tete	2	14	16	2	4	6	0	6	6	0	4	4
Zambézia	4	41	45	0	4	4	0	8	8	4	29	33
Sofala	0	20	20	0	9	9	0	10	10	0	1	1
Manica	3	11	14	2	3	5	0	4	4	1	4	5
Província de Maputo	5	20	25	2	4	6	3	8	11	0	8	8
Inhambane	2	8	10	0	3	3	0	1	1	2	4	6
Gaza	0	6	6	0	0	0	0	6	6	0	0	0
Cidade Maputo	0	9	9	0	7	7	0	2	2	0	0	0
Total	16	129	265	9	69	78	6	77	83	18	86	104

Dos **265** indivíduos constituídos arguidos, **33** são mulheres e **232** são homens. Em termos de ocupação, destacam-se:

- Camponeses num total de **46** indivíduos, o correspondente a **17.4%**;
- Desempregados num total de **36** Indivíduos, o correspondente a **13.6%**;
- Docentes num total de **17** Indivíduos, o correspondente a **6.4%**;
- Estudantes num total de **16** Indivíduos, o correspondente a **6.0%**;
- Mandatários de partidos num total de **15** Indivíduos, o correspondente a **5.7%**;

Tabela 4: Relação dos Arguidos por género e ocupação

Profissão / Ocupação dos Arguidos	Feminino	Masculino	Total	%
Camponês	4	42	46	17.4%
Desempregado	2	34	36	13.6%
Docente	2	15	17	6.4%
Estudante	1	15	16	6.0%
Mandatário do Partido	0	15	15	5.7%
Funcionário Público	4	6	10	3.8%
Empreendedor	1	8	9	3.4%
Operário	0	8	8	3.0%
Doméstico	4	2	6	2.3%
Comerciante	2	3	5	1.9%
Carpinteiro	0	3	3	1.1%
Director do STAE	0	3	3	1.1%
Agricultor	0	2	2	0.8%
Alfaiate	0	2	2	0.8%
Líder Comunitário	0	2	2	0.8%
Presidente de Mesa	0	2	2	0.8%
1º Escrutinador	0	1	1	0.4%
Agente da PRM	1	0	1	0.4%

Profissão / Ocupação dos Arguidos	Feminino	Masculino	Total	%
Ambientalista	1	0	1	0.4%
Chefe da Localidade	0	1	1	0.4%
Delegado	0	1	1	0.4%
Jornalista	0	1	1	0.4%
Observador Nacional	0	1	1	0.4%
Secretária	1	0	1	0.4%
Vice-Presidente	0	1	1	0.4%
Vogal da CNE / STAE	0	2	2	0.8%
Sem Informação	10	63	73	27.5%
Total	33	232	265	

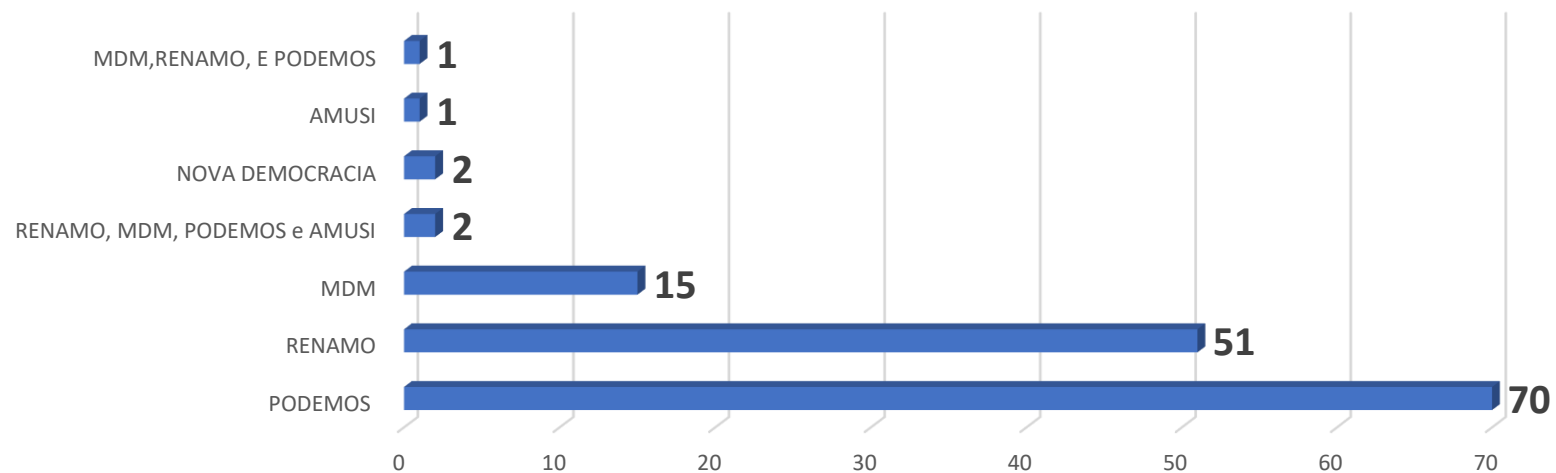
Dos **142** processos de recursos de contencioso eleitoral submetidos aos tribunais:

- 70 são do PODEMOS, o correspondente a 49.3%;
- 51 são da RENAMO, o correspondente a 35.9%;
- 15 são do MDM, o correspondente a 10.6%;

Tabela 5: Recorrentes que submeteram recursos eleitorais junto dos tribunais judiciais de Distrito

Recorrentes	Total	%
PODEMOS	70	49.3%
RENAMO	51	35.9%
MDM	15	10.6%
RENAMO, MDM, PODEMOS e AMUSI	2	1.4%
NOVA DEMOCRACIA	2	1.4%
AMUSI	1	0.7%
MDM, RENAMO, E PODEMOS	1	0.7%
Total	142	

Recorrentes que submeteram recursos eleitorais junto dos Tribunais Judiciais



- Os ilícitos eleitorais que mais se destacam são:
 - Dano em material de propaganda eleitoral - 69 processos;
 - Introdução de boletins de voto na urna e desvio desta ou de boletins de voto -18 Processos;
 - Perturbação das Assembleias de voto - 17 Processos.

Tabela 6: Relação dos Ilícitos eleitorais por província

Ilícitos Eleitorais	Cabo Delgado	Cidade Maputo	Gaza	Inhambane	Manica	Nampula	Niassa	Província de Maputo	Sofala	Tete	Zambézia	Total
Admissão ou exclusão abusiva de voto	0	0	0	0	1	0	0	6	0	0	0	7
Coacção e artifício fraudulento e sobre o eleitor	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Dano em Material de Propaganda	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Dano em material de propaganda eleitoral	7	1	2	2	4	13	8	2	12	12	6	69
Desvio de material de propaganda eleitoral	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Falsificação de documentos relativos à eleição	0	0	0	1	0	1		0	0	0	0	2
Fraudes no apuramento de votos	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2
Impedimento ao exercício dos direitos dos delegados das candidaturas	0	0	0	0	0	0	2	1	0	0	1	4
Impedimento de sufrágio	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	2
Incitação a Violência	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Incumprimento das obrigações	0	0	0	0	2		1	0	0	0	0	3
Introdução de boletins de voto na urna e desvio desta ou de boletins de voto	0	1	0	1	0	10	3	2	0	0	1	18
Normas ética da campanha	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Obstrução ao exercício de direitos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
Obstrução dos candidatos, mandatários e representantes das candidaturas	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Oposição ao exercício dos direitos dos delegados de candidatura	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Perturbação das Assembleias de voto	0	3	1	3	0	5	2	3	0	0	0	17
Propaganda depois de encerrada a campanha eleitoral	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Recusa de receber reclamações, protestos e contraprotestos	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2
Revelação ou divulgação de resultados de sondagens	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1

Ilícitos Eleitorais	Cabo Delgado	Cidade Maputo	Gaza	Inhambane	Manica	Nampula	Niassa	Província de Maputo	Sofala	Tete	Zambézia	Total
Utilização indevida de bens públicos	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Violação da capacidade eleitoral activa	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Violação de liberdade de reunião eleitoral	0	0	0	0	2	2	0	0	0	2	0	6
Violação de liberdade de trabalho	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Violação do dever de neutralidade e imparcialidade	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Violação dos direitos de propaganda sonora e gráfica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Voto plúrimo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	7
Total	18	6	3	8	11	35	22	15	12	14	19	163

Nos 142 **processos de recurso de contencioso eleitoral**, os tribunais de distrito tomaram as seguintes decisões:

INDEFERIMENTO:

- **53, por falta de impugnação prévia, correspondentes a 29.6%.**

Os tribunais de distrito entenderam que vigora na nossa ordem jurídica o princípio da impugnação prévia, tal como resulta do artigo 192 da Lei nº 15/2024, de 23 de Agosto.

- **36 por falta de elementos de provas, o correspondente a 20.1 %;**

Os recorrentes em muitos casos, limitaram-se a fazer alegações genéricas, sem juntar elementos de provas e, das diligências feitas pelos tribunais não se logrou produzir prova do que havia sido alegado.

- **36 por incompetência material, o correspondente a 20.1 %;**
- **18 por intempestividade, o correspondente a 10.1%;**

A lei estabelece o prazo de 48 horas a contar da afixação do edital que publica os resultados eleitorais, para efeitos de interposição do recurso de contencioso eleitoral.

- **9 processos julgados total e parcialmente procedentes, o correspondente a 5.0%;**

As decisões que não deram provimento ao pedido são no total **168**, o correspondente a **93,9%**;

As decisões que deram total ou parcialmente provimento ao pedido são no total **9**, o correspondente a **5,0%**;

Dois recorrentes desistiram do pedido, o correspondente a 1.1%.

Tabela 7: Decisões tomadas pelos Tribunais Judiciais de Distrito

Decisão do Tribunal	Total	%
Impugnação prévia	53	29.6%
Elementos de prova	36	20.1%
Incompetência material	36	20.1%
Intempestividade	18	10.1%
Falta de objecto de recurso	15	8.4%
Julga total/parcialmente procedente o recurso	9	5.0%
Falta de fundamentação do pedido	5	2.8%
Ilegitimidade do recorrente	3	1.7%
Desistência do Pedido	2	1.1%
Falta de Indicação do recorrido	1	0.6%
Julga Improcedente o recurso	1	0.6%
Total	179	

CONSTATAÇÕES DO TRIBUNAL SUPREMO:

- O Tribunal Supremo considera que os tribunais judiciais de distrito cumpriram, cabalmente, a sua missão, no âmbito das competências que a legislação eleitoral estabelece;
- Houve uma dedicação e esforço abnegados por parte dos magistrados e funcionários judiciais, que garantiram a continuidade dos serviços e a tomada de decisões dentro dos prazos legais, no âmbito das competências atribuídas aos tribunais;
- Pelo elevado número de recursos contenciosos interpostos sem impugnação prévia, de forma intempestiva e sem junção de elementos de prova, constata-se que prevalece, por parte dos actores políticos, o fraco domínio do quadro legal regular do contencioso eleitoral. Como é sabido, os tribunais agem de acordo com a lei e considerando os elementos constantes dos autos.
- Na fase da campanha eleitoral, da votação e do apuramento de resultados a nível das mesas de voto, ocorreram menos ilícitos eleitorais e irregularidades, quando comparado com o pleito eleitoral anterior, de 2019.

EXORTAÇÃO:

O Tribunal Supremo exorta que:

- Os tribunais judiciais prossigam, com a devida celeridade, no julgamento dos ilícitos eleitorais ainda pendentes;
- Os actores políticos continuem a agir respeitando as regras do jogo democrático estabelecidas no quadro legal vigente, promovendo a paz e a harmonia social;
- Os diferendos eleitorais sejam encaminhados e resolvidos pelas instituições legalmente vocacionadas para o efeito, incluindo os tribunais judiciais;
- Para os futuros pleitos eleitorais, os actores políticos se apropriem devidamente do quadro legal regulador do processo eleitoral, evitando-se o insucesso dos recursos contenciosos eleitorais por mero incumprimento das formalidades estabelecidas.

Maputo, 31 de Outubro de 2024